

Tucanos querem usar um benefício de muitos para arquitetar maldades para todos

Governo utiliza as novas regras do setor elétrico para “sufocar” a arrecadação da Fundação CESP e destruir o futuro dos trabalhadores da CESP. A hora é de reação!

Quando a presidenta Dilma Rousseff formulou e posteriormente sancionou as modificações no setor elétrico, imaginou que as medidas produziriam benefícios para todos. O que ela jamais imaginou é que o governo tucano paulista utilizaria a tática da inanição e da omissão para prejudicar os trabalhadores inseridos nos planos previdenciários da CESP. Pior: de quebra, tirar o ânimo de quem deseja construir um futuro melhor para os seus filhos.

A lógica é simples: o caixa do plano previdenciário da CESP é abastecido por três fontes: das empresas patrocinadoras; da contribuição dos trabalhadores participantes do plano e pelo rendimentos dos investimentos. São como três encanamentos que abastecem uma grande caixa d'água.

O que o governo tucano decidiu fazer? Simples: prejudicar dois desses encanamentos.

A parte do pacote de “maldades” dos tucanos refere-se a recusa em prorrogar as concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupia. Nesse cenário, as empresas ficam á vontade para diminuir a sua contribuição nos planos previdenciários pela possibilidade de retirada do patrocínio. E mais: nesse processo de indefinição sobre a concessão, o quadro das empresas, que já havia reduzido pela metade na privatização tucana, permanece estagnado até hoje. Pior: uma nova diminuição no número de trabalhadores das empresas poderá acontecer. Ou seja, mais pessoas deixariam de contribuir para o plano previdenciário da CESP.

Mesmo se o governo federal tomar a frente no futuro, renovar a concessão e federalizar a administração das usinas, nada garante que os trabalhadores serão mantidos ou que



o plano de previdência continuará como prioridade. Até porque em nível federal já existem outros planos previdenciários disponibilizados. Se todo o plano for colocado em prática, a consequência será imediata: o caixa do plano previdenciário não receberá o mesmo volume de dinheiro e a saída

será diminuir os serviços e até os benefícios pagos aos trabalhadores, tudo para gerar um colapso, algo que interessa apenas ao governo estadual, que não deseja colocar a mão no bolso para investir no futuro de quem ajuda a construir o estado de São Paulo e merece uma aposentadoria digna.

CONTATO DIRETO

Conselheiros e comitentes têm um e-mail para contato com os trabalhadores. Anote:

conselheiros@sinergiaspcut.org.br

Destaques desta edição

Veja os números da Fundação

O balanço mais atualizado e como isso interfere no seu bolso
Página 03

Justiça declara ilegal devolução

A seção de curtas também traz detalhes do congresso da Anapar
Página 03

Vamos falar sério?

Conselheiros projetam prioridades para 2013
Página 04

Como estão os planos

Abra o olho e não seja prejudicado

Conselho Nacional de Previdência Complementar modifica meta atuarial dos Fundos de Pensão. Veja como isso pode modificar os planos da Fundação CESP e como você será afetado

Taxa de Juros - Sem grande alarde, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) decidiu reduzir 0,25 ponto percentual no limite da meta atuarial dos fundos de pensão. A partir deste ano, a taxa máxima de juros operada pelos fundos cai dos atuais 6% para 5,75% ao ano. Mais: foi estipulada uma redução anual de 0,25 ponto percentual até 2018, o que provocaria um cenário de uma taxa de 4,5% nas fundações em seis

anos. Segundo o governo federal, a meta da medida é incentivar a diversificação de investimentos por parte dos fundos de pensão no país e evitar assim que todo o investimento fique centralizado nos títulos públicos. Atualmente, 42% dos fundos de pensão brasileiros ainda aplicam o teto de 6% como taxa máxima de juros admitida nas projeções atuariais. Contudo, praticamente metade do se-

tor já trabalhava com metas abaixo do teto de rentabilidade. A medida foi tomada mesmo com o voto contrário dos Conselheiros representantes dos participantes e assistidos.

Inscrição automática

Foi discutida a proposta para a adesão simplificada nas entidades fechadas de previdência complementar, pré-intitulada de inscrição automática. Pela medida, o trabalhador admitido em uma empresa patrocinadora

de plano de benefícios seria inserido automaticamente no plano de previdência. Pela proposta, a inserção ficaria submetida a uma confirmação posterior.

Confira abaixo as taxas de juros praticadas pela Fundação CESP

Taxas de juros hoje na Fundação CESP.	O que diz a Resolução do CNPC	Quais serão as consequências para os benefícios
CTEEP - 5,75% a.a AES Eletropaulo - 5,25% a.a. AES Tiete - 5,25% a.a CESP - 5,25% a.a CPFL Paulista - 5,25% a.a CPFL Piratininga - 5,25% a.a Elektro - 5,25% a.a Emae - 5% a.a Duke Energy - 5,25% a.a CTEEP - 5,75% a.a Fundação CESP - 4,5% a.a	Reduzir a partir de 2013, 0,25% ao ano até chegar em 2018 com 4,5% ao ano. A Fundação CESP já antecipou esse movimento conforme podemos ver ao lado	-Superavits cada vez maiores; - Diminuição do benefício futuro; - possibilidade de exigência de aportes; - para manter o mesmo benefício contratado; - apropriação por parte das patrocinadoras dos superavits

Para entender

O que é o CNPC?

Criado pela Lei nº 12.154/2009 o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) é responsável pela regulação do regime de previdência complementar brasileiro hoje composto por 332 entidades fechadas de previdência complementar e 1.129 planos de benefícios. Tudo isso é sustentado por 2.349 patrocinadores, 505 instituidores e por três milhões de participantes e assistidos.

O CNPC é integrado por oito membros entre representantes do governo federal, das entidades fechadas de previdência complementar, dos patrocinadores ou instituidores dos planos de benefícios e dos participantes e assistidos. Até o 1º semestre de 2012, o patrimônio dos fundos de pensão do país chegou a R\$ 626 bilhões, o que representa cerca de 14% do PIB brasileiro.

O que pensam os conselheiros sobre a decisão do CNPC

Para os conselheiros que representam os trabalhadores na Fundação CESP, a gradualidade de 0,25% a cada ano entre 2013 e 2018 do limite de meta atuarial é o reconhecimento pelo CNPC de que decisões dessa natureza devam ser graduais. Ou seja, a resolução vai contra aquilo que vem sendo adotado por muitas fundações. Que ninguém fique iludido: no longo prazo, a medida de redução do limite atuarial representa o pagamento de aposentadorias menores. Basta pesquisar as particularidades de cada plano. Vale lembrar que essas reduções se deu contra o voto dos conselheiros representantes participantes no conselho, em um movimento liderado pelas empresas e a diretoria da Fundação CESP.

No caso da Fundação Cesp, a análise é mais complexa. No passado, a entidade adquiriu títulos do governo corrigidos pelo IGPM com taxa média ponderada mais alta do que 6% a.a. e com vencimentos escalonados que chegam a 2045. Diante disso, a pergunta: A quem beneficia a decisão de redução abrupta e imediata das taxas dos planos? Com a palavra, as patrocinadoras da Fundação CESP.



Que a fiscalização e funcionamento dos Fundos de Pensões além do Conselho Nacional de Previdência Complementar, é uma responsabilidade também do Ministério da Previdência, com o devido auxílio do Conselho Monetário Nacional, Receita Federal e Banco Central? Os fundos de pensão como a Fundação CESP também estão submetidas a regulação da Previc, que é a agência reguladora do setor, papel semelhante desempenhado pela Aneel no setor elétrico.

Confira e conheça

Um raio X da Fundação CESP!

O trabalhador que participa e contribui com seu dinheiro mensalmente ou que recebe o seu benefício tem o direito de saber quais os serviços utilizados e como os recursos ajudam na construção de um plano cada vez mais forte. De acordo com dados recentes da Fundação CESP confira um balanço completo deste plano que é uma conquista dos trabalhadores do setor elétrico

Quando você verifica o desconto em seu olerite, espera que o dinheiro para a Fundação CESP seja utilizado da melhor forma possível. Em contrapartida, sua expectativa é que os conselheiros estejam de olho na prestação de um serviço de qualidade e sem distinção.

Ao olhar para os números de atendimento fornecidos pela própria fundação, não há do que se queixar. Pelos divulgados pela própria fundação em setembro de 2012, temos 36.616 participantes do Plano PES, que em média comparecem ao médico 6,6 vezes no ano e realizam 36,6 exames anuais. A média de idade de quem utiliza o PES é de 55 anos.

Os resultados mudam quando verificamos a utilização dos 35.116 usuários que participam do plano Digna Saúde e AMH. Em média, esses usuários tem 31 anos, realizam 13,8 exames no ano e comparecem ao médico cinco vezes ao ano.

Quando o foco fica direcionado ao Nosso Plano, os 12.196 participantes realizam, na média, 5,2 consultas no ano, submetem-se a 13,8 exames e possuem 44 anos.

Como você pode verificar, são resultados e perfis distintos. E para que a qualidade seja mantida, é fundamental preservar todo o patrimônio cujo os números são apresentados abaixo:

Quem está com você na Fundação CESP:

<p>14.557 ativos 24.935 aposentados 4618 pensionistas 1656 coligados 789 auto patrocinados 62035 dependentes previdenciários</p>	<p>TOTAL DO PATRIMÔNIO PREVIDENCIÁRIO</p> <p>R\$ 21.531.536</p> <p>Bilhões</p> <p><small>Fonte: Revista Bem Estar</small></p>
<p>Total: 108.590</p>	

Justiça declara ilegal devolução de superávit a patrocinadores

Em processo movido contra o Banco do Brasil (BB) e a PREVI, os desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, de Brasília (DF), julgaram ilegal a devolução de valores da reserva especial para revisão do plano ao patrocinador. A decisão, no entanto, admite que o superávit existente pode ser dividido entre participantes e patrocinadores na proporção das contribuições direcionadas ao plano de benefícios. Mas existe uma condição: a parte da patrocinadora precisa ser utilizada para cobrir suas contribuições ao plano de benefícios. O julgamento, ocorreu devido a uma ação movida pelos Sindicatos de Bancários de Santos, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Eles pleiteavam toda a reserva especial do Plano 1 da PREVI (de Benefício Definido) para os participantes.

A ação questiona a divisão do superávit negociada por várias entidades representativas dos funcionários do Banco do Brasil e aprovada em votação direta pelos participantes no final de 2010. O acordo foi negociado com o banco pela Contraf-CUT, representando mais de 100 sindicatos, ANABB, Federação das Associações de Aposentados do BB (FAABB),

associações de aposentados (AAFBB, FAABB-SP) e pelos dirigentes da PREVI eleitos pelos participantes. Pelo acordo, existiria a divisão da reserva especial de R\$ 15 bilhões em duas partes iguais.

CNPC criará PrevSaúde

O Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC prevê para 2013 criar uma "poupança". Intitulado como Prevsaúde, o mecanismo tem como objetivo facilitar a contratação de plano de saúde quando o trabalhador aposentar ou ser demitido.

A ideia é que, ao se desligar do plano de saúde empresarial, o trabalhador poderá usar os recursos poupados para contratar um seguro saúde. Os recursos não seriam tributados. Isso porque não haveria um resgate. Como esse dinheiro não passa pela mão do poupador, não há incidência tributária. Detalhes dessa proposta ainda estão sendo discutidos.

Congresso

Vem aí o Congresso da Anapar, no mês de maio, em Vitória (ES). Na ocasião, será realizado o Congresso da Associação Nacional dos Participantes em Fundos de Pensão. Entre os principais pontos do encontro estão: A Conjuntura econômica e os Fundos de Pensão, a regulamentação da retirada de patrocínio, as resoluções do CNPC e a eleição da direção da Anapar. Fique Ligado!

Editorial

Hora de colocar a casa em ordem

A nossa Fundação CESP, patrimônio dos trabalhadores participantes, assistidos e pensionistas, possui hoje, recursos da ordem de 22 bi de reais e tem responsabilidade, direta ou indiretamente por 108 mil vidas que fazem parte dos planos previdenciários, têm planos de saúde ou são dependentes.

Para se administrar esse volume de recursos e obter uma excelência na gestão, a mesma deve ser transparente, compartilhada, integrada e sem assimetrias de informações, entre os conselhos deliberativo e fiscal, os comitês gestores de investimento e previdência e a direção executiva da instituição, de forma, que a balança não penda nem para um lado nem para outro. Por exemplo: há interesses nem sempre convergentes entre o que desejam os participantes e assistidos, com referência a saúde e a previdência, com o que pensam as empresas-patrocinadoras.

Nesse sentido temos discordado e questionado o posicionamento da presidência do fundo de pensão, e também do presidente do conselho deliberativo, com relação a determinados temas:

Conflito de interesses – o presidente do conselho deliberativo presta consultoria a CPFL Energia, (que tem planos previdenciários e não tem plano de saúde na Fundação CESP) é consultor contratado pela Eletropaulo, e pasmem vota às vezes, por três vezes, sem nenhum pudor; como presidente do conselho (voto de minerva ou desempate), como representante da AES Eletropaulo e também como representante da AES Tietê.

Fundamentação técnica sobre redução da Taxa de juros – O posicionamento do presidente da Fundação CESP tem nos deixados preocupados, pois percebemos que a balança tende a pender sempre para os argumentos das empresas-patrocinadoras, seja por assimetria de informações, ou por posicionamento puro e simples, sem nenhum embasamento técnico sustentável, do nosso ponto de vista. Por exemplo com relação a redução das taxas de juros, do plano previdenciário da AES Eletropaulo, recentemente o comitê gestor de investimento e previdência daquele plano, decidiu reduzir os juros de 5,75% a.a, no benefício salgado (BSPS) para 5,5% a.a, para os planos de benefício definido(BD) e contribuição variável (CV), a redução foi para 5,25% a.a., ou seja, aplicaram taxas diferenciadas, desconsiderando que o plano tem uma só natureza fiscal(CNPB) e contrariamente as próprias orientações da diretoria que sustentava uma redução linear. Mas apesar disso, foi aprovada tal excrescência, com o voto da maioria do conselho, sob o argumento nada técnico de “economicamente plausível”.

Mudanças de regimentos dos comitês

Sob o argumento de que a Fundação CESP recebeu um Ofício da PREVIC, para regularizar a vacância dos comitês da Emae, Duke Energy e da CTEEP, a diretoria da Fundação CESP, aproveitando este Ofício, tem forçado a mudança de regimento de todos os comitês gestores de investimento e previdência, propondo alterações fundamentais, que uma vez efetivadas, torna os comitês gestores de investimento e previdência, como meras figuras homologatórias.

Por essas e outras é que precisamos por a casa em ordem, para que os participantes e assistidos não sofram prejuízo nos seus benefícios.

Prestação de contas

Sem medo de falar a verdade!

O Jornal abre espaço para que os conselheiros façam um balanço do que acontece em cada empresa patrocinadora e os planos para fazer a Fundação avançar em 2013. Confira!

“É importante que participantes e assistidos estejam sempre informados sobre seu plano de benefício e das consequências de mudanças nos regulamentos em relação ao futuro.

O ano começou com alteração na taxa de juros na maioria dos planos previdenciários administrados pela Fundação CESP. Conflitos de interesses sempre existiram entre patrocinadoras e participantes. Por isso, é importante a ação de representantes eleitos e comprometidos nos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitês Gestores na preservação de direitos e benefícios dos participantes.

É importante que a autonomia dos Comitês Gestores seja respeitada pela direção da Fundação CESP e pelo Presidente do Conselho Deliberativo, para a preservação da harmonia entre os órgãos na Governança da entidade”, Orivaldo Pellegrino, Conselho Deliberativo da Fundação CESP e eleito pelos trabalhadores da CTEEP.



“Continuar zelando pelo o patrimônio previdenciário dos trabalhadores(as), para que os planos administrados pela Fundação CESP, possam ter o equilíbrio financeiro e atuarial, necessários, para honrar os compromissos e contratos acordados. Garantindo, dessa forma, uma aposentadoria tranquila e sem sobressaltos para todos.

Com relação a rede credenciada e a saúde dos trabalhadores(as), a nossa AMH/O, juntar esforços, com as entidades representativas da categoria, para ampliarmos e melhorarmos a qualidade do atendimento e dos serviços em toda base de concessão.

Por fim renovar o compromisso de visitas aos locais de trabalho, para prestar contas do mandato, esclarecer dúvidas, encaminhar soluções e responder as demandas, novas e velhas dos participantes do nosso fundo de pensão. Abraços a todos!” Alberto Soares, Conselheiro Deliberativo da Fundação CESP, representante dos participantes ativos da CPFL Paulista, Geração e Brasil

“Dentro de um cenário de disputas entre Governo Federal, baixando tarifas no setor elétrico, para tornar mais produtivos o setor industrial, comercial e ainda beneficiar o consumidor residencial; Contra Empresários, acionistas Governos Estaduais que alegam prejuízos na arrecadação de impostos e redução nos lucros. Fica claro para os trabalhadores do setor elétrico que vamos amargar tempos difíceis, mais ainda do que já temos sofrido: privatizações, terceirizações, precarizações, planos de demissão, etc. O benefício que mais chama a atenção das empresas, pelo seu montante de dinheiro e sua liquidez são os diversos Planos de Previdência administrados pela Fundação CESP os quais por regulação tem Conselhos e Comitês para fazer a gestão e fiscalização deste patrimônio que é do trabalhador. É nesse contexto que o papel do Conselheiro excede, fiscalizar ou participar da gestão; Ele tem de ser um elo de informação, questionamento e denuncia sobre fatores que atingem diretamente a saúde de nossos planos, que vão desde Índices e taxas de juros até cota de rateio dos planos de saúde, participando o trabalhador de tudo que é feito na gestão do patrimônio que ele paga todo mês e que vai ser determinante em sua qualidade de vida no futuro”, Jurandyr Lorena Pimentel -Conselheiro Fiscal da Fundação CESP

“A preocupação é o que podera ocorrer com o plano previdenciário CESP após o fim da concessão, responsabilidade, dividas , as garantias de que teremos nossos direitos preservados e garantidos .Este é um assunto que temos que estar atentos para garantir o direito dos participantes e dar a tranquilidade necessária para qual o nosso plano previdenciário foi criado”, Airton de Souza, integrante do Conselho Deliberativo da Fundação CESP e eleito pelos trabalhadores da CESP.

“Hoje vivemos um Novo momento na Fundação , devido a truculência da Diretoria da Funcesp e da presidência do conselho Deliberativo no descumprimento dos regulamentos dos comitê gestores de Investimento e previdência , no tocante as últimas deliberações das taxas de juros e a tentativa de forçar alterações em seus regulamentos para descaracterizar a autonomia do comitê gestor”.
Palavra do Conselheiro fiscal da Fundação CESP - Valdivino Ferreira dos Anjos.

“Somente a mobilização dos participantes e assistidos da Fundação CESP pelo seu engajamento direto e por seus órgão de representação, sindicatos e associação dos aposentados e por meio de seus representantes nos órgãos de governança da fundação podem fazer uma luta justa pela defesa de seus direitos.
A legislação recente dos órgãos reguladores da área de previdência complementar têm nos dado respaldo legal importante para que defendamos nossos direitos, mas é necessário mais que isso. É necessário uma ação permanente e integrada dos representantes nos órgão de governança: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitês Gestores;
É necessária a qualificação técnica e o empenho nessa nossa tarefa de representantes;
Somente pela atuação formal e legal dos representantes em seus órgãos de representação, documentando tudo em ata e por e-mail e copiando a todos os envolvidos no processo;
Não devemos aceitar decisões que não cumpram estas etapas, e a Resolução nº 09 do CNPC de 29 de novembro de 2012, com validade a partir de 01/01/2013 nos garante esse direito. Vamos usá-la.”
(Eduardo Toledo, representante dos assistidos no Conselho Fiscal da Fundação CESP)